



INFORMATIVO

O TUIUTI



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

520 anos das Capitânicas Hereditárias. 510 anos da descoberta do Rio da Prata por navegantes portugueses. 490 anos da fundação da Companhia de Jesus. 470 anos do Colégio de São Paulo. 460 anos do desembarque de Estácio de Sá em Salvador. 410 anos da vitória de Jerônimo de Albuquerque na Batalha de Guaxenduba, MA. 400 anos da invasão holandesa, tomada de Salvador e início da Guerra do Açúcar. 370 anos da Batalha da Campina do Taborda e do Tratado do Taborda. 340 anos da revolta de Manuel Beckmann no MA. 310 anos do fim da Guerra dos Mascates em PE. 270 anos do início da Guerra Guaranítica. 250 anos da vitória do Major Rafael Pinto Bandeira no Combate de Santa Bárbara, RS. 200 anos da primeira Constituição do Brasil. 170 anos da 1ª ferrovia brasileira pelo Barão de Mauá. 160 anos do início da Guerra do Paraguai e morte de Antônio João. 150 anos do Combate do Ferrabraz, RS, na Guerra dos Muckers. 120 anos da Revolta da Vacina e da Escola da Praia Vermelha. 110 anos do início da I GM. 100 anos da Revolução Paulista. 80 anos do desembarque aliado na Normandia (06 Jun), da partida do 1º Escalão da FEB para a Itália e da inauguração da Academia Militar das Agulhas Negras. 60 anos da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, SP, da rebelião militar que deu origem à Contra-Revolução Democrática de 31 de março e da eleição do Gen Humberto de Alencar Castello Branco para a Presidência da República. 30 anos da conquista do tetracampeonato de futebol na Copa do Mundo dos EUA pelo Brasil.

ANO 2024

30 de março

Nº 450

EDIÇÃO ESPECIAL

O 31 de março de 1964

Luiz Ernani Caminha Giorgis(*)

“Cumpro o dever de alertar a nação para o complô que se organiza contra o regime. Prepara-se um golpe de estado que tem por objetivo derrubar as instituições democráticas, e o chefe da conspiração chama-se João Belchior Marques Goulart. O movimento subversivo que ora se articula não é o primeiro que o Sr. João Goulart procura fazer deflagrar visando ao fechamento do Congresso Nacional e a destruição da Constituição”
(Deputado Federal/CE Armando Ribeiro Severo Falcão, 22 de novembro de 1963).

INTRODUÇÃO

Há exatos 60 anos, o Brasil passou por um processo histórico que até o presente mostra-se atual, principalmente nos corações e mentes dos democratas e conservadores.

Em 31 de março de 1964, tendo à frente as suas Forças Armadas (FFAA), o clero, as forças democráticas do país e uma parcela considerável da sociedade brasileira deflagraram um movimento contrário ao desgoverno do Presidente João Belchior Marques Goulart (Jango) e a um grande número de seus seguidores, inclusive no Congresso e até mesmo no seio das FFAA mas, principalmente, nos meios sindical e estudantil.

Mesmo contra a vontade de setores conservadores¹, Goulart havia alcançado o governo em agosto de 1961, em consequência da renúncia de Jânio Quadros, do qual era Vice-Presidente.

No Poder Executivo desde 7 de setembro de 1961 Jango, por meio de uma emenda parlamentarista (PEC nº 16-A da Câmara) passou a governar o país como Presidente e Chefe de Estado² tendo, como Primeiro-Ministro Tancredo Neves. Um plebiscito popular em janeiro de 1963 o efetivou como Presidente da República no regime presidencialista. O povo votou “não ao parlamentarismo”.

Este plebiscito foi a grande oportunidade do povo brasileiro optar pelo Sistema Parlamentarista e afastar definitivamente a ameaça do marxismo-leninismo. Mas a opção popular foi pelo Presidencialismo.

O deputado brizolista e ativista de esquerda Armindo Marcílio Doutel de Andrade (fundador do PDT) declarou, conforme Hélio Silva, que “alguns chefes militares colocaram a crise como uma opção entre a democracia e o totalitarismo da esquerda radical” (Silva, 1978, p. 83).

Usando de suas prerrogativas de Chefe do Executivo, Goulart começou a empreender um conjunto de medidas progressistas, demagógicas e de matiz notavelmente socialista, conforme a citação em epígrafe. É válido registrar que Jango não era propriamente marxista ou comunista ou coisa que o valha, mas foi conivente e comprometido com forças esquerdizantes de cunho totalitário abrigadas em uma tese que tinha por alvitre impor ao país políticas nitidamente antidemocráticas.

A partir de 1963, o grupo no poder iniciou a fase mais aguda da sua campanha para implementar uma república socialista-sindicalista no Brasil. Salvo melhor interpretação, a matriz ideológica a ser seguida era nitidamente a de linha soviética, para isso inspirada e com a participação de Luís Carlos Prestes, comunista histórico³, membro da Internacional Comunista.

Era flagrante o afastamento da democracia. Conforme o historiador Boris Fausto:

“A tragédia dos últimos meses do governo Goulart pode ser apreendida pelo fato de que a resolução dos conflitos pela via democrática foi sendo descartada como impossível ou desprezível por todos os atores políticos. A direita ganhou os conservadores moderados para sua tese: só uma revolução purificaria a democracia, pondo fim à luta de classes, ao poder dos sindicatos e aos perigos do comunismo” (Fausto, 2002, p. 458).

Aqui está, portanto, a síntese da situação dos últimos meses de 1963 e dos primeiros de 1964. As FFAA acompanhavam o processo político desde sempre, principalmente nesta fase.

Vamos aos fatos, objetivamente e na ordem cronológica.

DESENVOLVIMENTO

¹ Os ministros militares, responsáveis pela ordem interna, se manifestaram contra o retorno de Jango ao Brasil (Silva, p. 59).

² A inspiração política de Jango era o seu mentor Getúlio Dorneles Vargas, mas inserida em uma tendência de esquerda.

³ Conforme o General Silvio Couto Coelho da Frota em seu livro *Ideais traídos*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 630: “Neste ângulo restrito poderia ser admitido o Movimento de março de 1964 como uma contra-revolução, pois a revolução socialista encontrava-se em sua derradeira fase, bem explícita na famosa frase proferida com euforia - consoante se diz e escreve - por Luís Carlos Prestes: ‘Já temos o governo, só nos falta o poder’”.

A maioria dos ministros civis de Jango era da chamada “esquerda positiva”⁴. Alguns deles:

- Fazenda: Francisco Clementino de San Tiago Dantas (ano de 1963);
- Planejamento: Celso Monteiro Furtado⁵, que foi encarregado de trabalhar no meio sindical e em parte do meio militar, bases do esquema de sustentação de João Goulart;
- Trabalho (entre fevereiro e junho de 1963): Almino Monteiro Álvares Afonso, o qual transitava na ala esquerdista do PTB (partido de Jango) e nos meios sindicalistas e estudantis. Almino foi cassado em 1964 e exilou-se, sucessivamente, na Iugoslávia, Uruguai, Chile, Peru e Argentina.

Os principais militares naquele contexto eram os seguintes (ministro e comandantes):

- Guerra: Amaury Kruehl⁶, “febiano”, que era tido como moderado e vinha da fase anterior;
- Comandante do I Exército (atual Comando Militar do Leste - CML): Osvino Ferreira Alves (de 18 de setembro de 1961 a 1º de agosto de 1963) e, entre outros:
- Comandante do III Exército (atual Comando Militar do Sul - CMS): Jair Dantas Ribeiro⁷.
- Comandante do IV Exército (atual Comando Militar do Nordeste - CMNE): sucederam-se os generais Arthur da Costa e Silva (1961/62); Humberto de Alencar Castello Branco (1962/63); Joaquim Justino Alves Bastos (1963/64)⁸ e seguintes, inclusive Olympio Mourão Filho.

A economia estava em uma situação precária, comportando uma inflação que chegou aos 54,8% em 1962 e se prolongou pelos anos seguintes. Em função disto, Celso Furtado lançou dois planos, o Plano Trienal (em 1962) e o Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG, em 1964), ou seja, dois conjuntos de medidas tomados para a estabilização da economia a curto prazo.

O Plano Trienal continha o projeto de Reforma Agrária, o aumento dos impostos sobre as mais altas rendas e as chamadas “Reformas de Base”⁹ (basicamente: reestruturação do sistema fundiário), mas o governo não obteve apoio da sociedade para nenhuma destas medidas.

O problema da dívida externa era crucial. Em março de 1963, San Tiago Dantas foi a Washington e não conseguiu bons resultados com os “credores externos” (Fausto, 2002, p. 456). Foi um sinal claro de que a situação político-econômica caminhava para um patamar ainda pior. O próprio movimento operário se pronunciou contrário a essas ações governamentais.

Em meados de 1963 ficou claro que o Plano Trienal havia fracassado¹⁰, assim como o projeto do PAEG em 1964, mas Jango continuou a insistir nas Reformas de Base. Pagaria caro por isso.

San Tiago Dantas deixou o governo ainda em 1963, substituído por Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, e Almino Afonso deixou o Ministério do Trabalho, substituído por Amaury de Oliveira e Silva. A queda de Dantas foi um sinal claro de desilusão geral em relação a Goulart.

As posições políticas começaram a se radicalizar em 1963 (Fausto, 2002, p. 457). Os proprietários rurais, temerosos da Reforma Agrária, com justa razão, começaram a se armar e se preparar (idem). Ainda não existia o Movimento dos Sem Terra (MST).

Enquanto isso, as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), o Pacto de Unidade e Ação (PUA) e a Frente Parlamentar

⁴ Expressão introduzida por San Tiago Dantas.

⁵ Celso Furtado foi integrante da FEB como tenente da Reserva (R/2) de Infantaria. Foi ministro em 1962/63.

⁶ Kruehl era ferrenho anticomunista, foi Ministro entre setembro de 1962 e junho de 1963 e Comandante do II Exército a partir de dezembro de 1963.

⁷ Comandante do III Exército entre 22 de junho de 1962 e 15 de junho de 1963 quando aceitou ser Ministro da Guerra de Goulart (entre 15 de junho de 1963 e 31 de março de 1964). Foi substituído no III Exército pelo General de Divisão Joaquim Justino Alves Bastos, que foi transferido do IV para o III Ex.

⁸ Alves Bastos (IV Ex) articulou a contrarrevolução no NE, inclusive com a deposição e prisão (1º de abril) dos governadores Miguel Arraes de Alencar, de PE, e de João de Seixas Dória, de SE. Ambos foram confinados em Fernando de Noronha.

⁹ Expressão empregada formalmente pela primeira vez em março de 1958, no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961).

¹⁰ Plano lançado ainda na fase parlamentarista. Goulart aumentou em 70% o salário do funcionalismo, estando a inflação na casa dos 25%. Foi um enorme desgaste para o governo.

Nacionalista (FPN) abrigaram-se na recém criada Frente de Mobilização Popular (FMP), todas sob a liderança nefasta do cunhado de Goulart - Leonel de Moura Brizola¹¹ (esquerda do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB), deputado federal pelo Rio de Janeiro, um agitador.

No caso das Ligas e dos sindicatos rurais, as invasões a propriedades privadas levaram o Congresso a rejeitá-las. Conforme Boris Fausto

“A opção por iniciativas à margem da legalidade se reforçou quando em outubro de 1963 o Congresso rejeitou a emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização” (Fausto, 2002, p. 457).

As movimentações e reações no meio militar

A situação tornou-se insuportável para os militares quando a subversão invadiu os quartéis, atingindo as Forças Armadas em seus dois fundamentos básicos: a hierarquia e a disciplina (Carneiro, 1965, 2º vol, p. 562)¹².

A esta altura (1962/63), começou de maneira mais decisiva a movimentação militar contra Jango. A ideia inicial do grupo, liderado pelo General Castello Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército (EME), era uma “intervenção defensiva” (Fausto, 2002, p. 458). Na verdade, a conspiração¹³ já havia iniciado em 1961, na posse de Goulart.

Episódio pouco conhecido - em julho de 1963, no Rio, oficiais superiores e capitães divulgaram um manifesto defendendo melhores salários, mas o documento foi interpretado como rebeldia, o que levou o General Jair Dantas Ribeiro a declarar que puniria com rigor os signatários, que chegavam ao número de 1.800. Acabaram sendo punidos sete oficiais que haviam se manifestado no Clube Militar. Isto ficou conhecido como Manifesto dos Majores.

Em Brasília, setembro de 1963, sargentos da FAB se rebelaram contra o Supremo Tribunal Federal (STF), que lhes negou o projeto do direito de se candidatarem a cargo eletivo. As ações rebeldes chegaram mesmo à prisão de um ministro do STF¹⁴ e de oficiais, ocupação de prédios públicos e tentativa de controle das comunicações. Ou seja, a situação se tornava cada dia mais caótica, incontrolável e insuportável¹⁵.

Conforme Glauco Carneiro (p. 562), havia um grupo de oficiais superiores muito bem preparado - doutrinariamente, pela ESG (a “Sorbonne” brasileira) e escolas de EM do EB, Marinha e FAB. Todas elas ramificadas nas unidades de todo o país.

As reações do governo Jango.

Acuado e percebendo o agravamento da situação, Jango apelou para medidas excepcionais para conter a agitação e restabelecer a ordem nas áreas rurais e urbanas.

O governo pediu ao Congresso o Estado de Sítio por 30 dias, mas não foi atendido, sendo que esta proposta foi mal recebida tanto pela direita como pela própria esquerda. Esta, mantinha a esperança da implantação forçada das Reformas de Base, ou seja, como disse o próprio Goulart:

¹¹ Brizola, em 1978, ainda exilado (em Portugal), filiou-se à Internacional Socialista. No Rio, em 1963, ele tinha um programa na Rádio Mayrink Veiga através do qual começou a organizar os “Grupos dos Onze”.

¹² Entrevistas dos generais Peri Constant Bevilacqua e Mourão Filho davam conta de que havia “infiltração comunista nos quartéis” e “favorecimento de comunistas no meio sindical” (Revista Manchete, Edição Histórica, abril de 1964, p. 26 e 27).

¹³ Conforme Hélio Silva “a conspiração militar teve como iniciador e chefe o Marechal Odílio Denys” (Silva, 1978, p. 199).

¹⁴ Ministro Vitor Nunes Leal, fato relevante na revolta. O líder era o Sargento Antônio de Prestes Paula.

¹⁵ Em uma reunião, o subtenente Gelei Rodrigues Correia declarou que os sargentos e suboficiais poderiam lançar mão de seus “instrumentos de trabalho (os fuzis)... para exigir as reformas de base do governo federal” (Atlas/FGV, verbete 6355).

“na lei ou na marra”¹⁶. Esta afirmação teve um efeito devastador nos meios conservadores porque trazia no bojo a grave ameaça da implantação de uma ditadura de esquerda.

Nova greve operária ocorreu em São Paulo (“Greve dos 700 mil” - outubro de 1963), que foi a última do governo Goulart. Este, atendeu aos grevistas com um aumento de 80% nos salários.

Entretanto, a inflação estava tão grave que em curto prazo esse aumento foi absorvido. E o temor da hiperinflação começou a assombrar todos os setores da sociedade. Os intervencionistas, civis e militares, alegavam que o governo estava cada vez pior e levando o país para a “beira do precipício”. Contexto gravíssimo, posto que a solvência dos problemas através da via democrática foi abandonada em favor das soluções arbitrárias. Esta atitude do governo atraiu a direita conservadora moderada para a direita clássica, em prol de uma política purificadora da democracia, da diminuição da luta de classes (e seu controle) e das ações dos sindicatos. De qualquer forma, Jango sabia que era necessária uma reforma constitucional.

No final de janeiro de 1964, uma reunião reservada entre os generais Humberto de Alencar Castello Branco, Oswaldo Cordeiro de Farias e Ademar de Queirós foi decisiva¹⁷ na área militar.

Nesta altura, o governo JG já havia optado por deixar de lado o Congresso e dirigir o país através de decretos e, assim, implementar o projeto das tais “reformas de base” as quais, na essência, tinham aspectos positivos. Mas o planejamento da execução do projeto revelou graves fragilidades. No contexto deste quadro político-econômico Goulart pretendia reunir grandes massas e convencer o Congresso de que estava fortalecido. E assim procedeu.

13 de março: grande comício na Praça da República, em frente à Central do Brasil, no centro do Rio. Sob o controle de tropas do I Exército, 150 mil pessoas ouviram Jango e Brizola¹⁸ durante oito horas e 45 minutos. Uma parte do público pedia a legalização do Partido Comunista Brasileiro¹⁹ (PCB), dirigido então por Luís Carlos Prestes, Giocondo Dias e Carlos Marighela, entre outros. O comício amalgamou sentimentos e organizações comunistas menores. Diversas fontes indicam que o comício revelou ainda a adesão formal de Goulart à agenda “comuno-sindicalista” (Carvalho, 1981, p. 391).

O comando da segurança foi do “febiano” Coronel Domingos Ventura Pinto Júnior, Comandante do 1º Batalhão de Polícia do Exército²⁰.

Dois decretos polêmicos foram assinados, simbolicamente, por JG: a desapropriação das refinarias de petróleo ainda não pertencentes à Petrobrás; e a desapropriação de terras subutilizadas. Prometia também a chamada “Reforma Urbana”, o que causou forte e negativa repercussão porque traria a “doação forçada” dos imóveis alugados para os inquilinos. Além disto, a reformulação do sistema tributário e o direito de voto aos analfabetos, aos cabos e aos soldados das FFAA. Em resumo, este ato, o do comício, marcou o início do fim do governo.

¹⁶ No Congresso Campesino de Belo Horizonte (11/1961) Goulart lançou o lema “Reforma agrária na lei ou na marra”.

¹⁷ Nesta reunião, na residência do General Ademar, sobressaiu a chefia e liderança de Castello (Dulles, 1979, p. 296). Estes três generais eram “febianos”.

¹⁸ Nesta altura, Jango e Brizola já não se entendiam, mais em função da afoiteza deste, ao passo que Goulart foi mais cauteloso. Jango já tinha percebido que o cunhado não merecia a menor confiança.

¹⁹ Este partido havia adotado o nome de Partido Comunista Brasileiro (linha soviética) em 1961, em substituição à de PCdoB, de 1922. Em 1962, uma dissidência do PCB fundou o PCdoB, retornando à primitiva sigla, adotando a linha chinesa e, bem depois, na época da guerrilha do Araguaia, a corrente albanesa. Militantes deste Partido fizeram curso de guerrilha na China.

²⁰ O 2º Batalhão de Polícia do Exército, São Paulo/SP, possui a denominação histórica de “Batalhão General Ventura”.

Não poderia ter sido de outra forma. Periódicos do centro do país noticiaram que estava em andamento a urdidura de um golpe que seria desfechado por Jango²¹ e pelos líderes da esquerda. Conforme Dulles (1979, p. 297) “Goulart não tardaria a violar a legalidade”²².

Em São Paulo, a 19 de março, 500 mil pessoas desfilaram, pacificamente, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Recado direto ao Presidente e às facções de esquerda. E no Rio de Janeiro a mesma marcha estava marcada para o dia 2 de abril, mas a Contra-Revolução veio antes. De qualquer forma, a Passeata aconteceu, mas com o nome de Marcha da Vitória. Ambas as passeatas, organizadas por senhoras católicas defendiam, além da religião, a intervenção das FFAA e a derrubada do governo, afastando o Brasil do “perigo comunista”²³.

Na continuidade dessa trágica “roda da História”, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFNB), dirigida pelo “Cabo” José Anselmo dos Santos²⁴, vinha organizando atos em defesa dos direitos e aumento dos vencimentos do pessoal. A homenagem que a AMFNB faria em 20 de março ao Marechal Osvaldo Ferreira Alves, presidente da Petrobras, na Refinaria Duque de Caxias, foi impedida. Os marinheiros e fuzileiros navais reuniram-se no Sindicato dos Bancários e criticaram o ministro da Marinha e exigiram sua exoneração. Em 24 de março, o Ministro Sílvio Borges de Sousa Mota (1902-1969) mandou prender os dirigentes. No dia seguinte, 2º aniversário da Associação reuniram-se, no Sindicato dos Metalúrgicos, dois mil praças da Marinha e dos Fuzileiros Navais. Cercado o local por ordem de Mota, o Almirante Candido Costa Aragão se negou a cumprir a ordem de prisão e foi demitido²⁵. Uma intermediação de um líder do CGT (Dante Pellacani) contornou o problema e surgiu uma solução negociada. Mas o Ministro Mota sentiu-se desprestigiado e pediu demissão. Ninguém foi preso. Aragão chegou a ser carregado nos ombros dos marinheiros depois de reassumir o comando por ordem de Jango. A disciplina acabava de sofrer um pesado golpe.

O substituto de Mota foi o Almirante Reformado Paulo Mário da Cunha Rodrigues, o qual era tido como “declaradamente comunista” (Carneiro, 1965, p. 568) e apoiou a libertação dos revoltosos²⁶. Com isso, a Disciplina e a Hierarquia das FFAA foram seriamente desrespeitadas.

Não era mais possível suportar a desordem. O Clube Militar e um grupo de almirantes denunciaram o posicionamento de Paulo Rodrigues como altamente nocivo à Hierarquia.

Outro acontecimento importante foi o afastamento de Jair Dantas Ribeiro da pasta da Guerra. Conforme o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV):

No dia 20 de março de 1964, Castelo Branco, chefe do EME, expediu uma circular reservada alertando a oficialidade para as ameaças do comunismo²⁷. Nesse mesmo dia, Dantas Ribeiro hospitalizou-se a fim de se submeter a uma intervenção cirúrgica.

²¹ Em conversa de Jango com o jornalista Samuel Wainer (fevereiro de 1964) este afirma, sobre o golpe, que o Presidente “continua [...] empolgado por essa ideia, já estando convencido [...] que, a essa altura, não seria mais golpe mas a própria revolução” (Carneiro, 1965, 2º vol, p. 617), confirmando que existia o objetivo do Executivo de uma tomada do poder à força.

²² Afirmação interpretada também como uma ameaça do governo de não honrar o pagamento da dívida externa.

²³ Conforme Cordeiro de Farias “a vanguarda foi a opinião pública e, dentro dela, as mulheres” (Camargo; Góes, 2001, p. 466).

²⁴ Anselmo não era Cabo e sim Marinheiro de Primeira Classe. Posteriormente, surgiu a notícia de que o “Cabo” era informante do CENIMAR.

²⁵ Era Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.

²⁶ Na sexta-feira seguinte (da Paixão), conforme o Coronel Manoel Soriano Neto, os marinheiros libertados realizaram uma mal organizada e indisciplinada passeata pela Av. Presidente Vargas, centro do Rio. Paulo Mário foi ministro por nove dias.

²⁷ Em discurso na ECEME em 20 de fevereiro, Castello disse: “Se a Guerra Revolucionária marxista-leninista avassalar a nação, quem vai defender as instituições democráticas?” (Dulles, 1979, p. 300). E, em 20 de março ele divulgou - reservadamente, a Circular aos oficiais do EME sobre as graves ameaças à democracia. Divulgada a Circular, o General Castello esteve prestes a ser demitido por Jango. No RS o governador Ildo Meneghetti, ao receber a circular, declarou: “Temos, agora, um chefe”.

Embora afastado de suas funções, o ministro da Guerra manteve-se ao lado da legalidade afirmando que a ordem seria mantida a qualquer preço²⁸.

E, finalmente Jango, tendo aceito um convite do Clube de Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Distrito Federal²⁹, foi novamente ao Rio de Janeiro discursar no Automóvel Clube do Brasil³⁰. Isto aconteceu no dia 30 de março. Presentes, aproximadamente, mil sargentos.

O desencadeamento das ações militares

Em 28 de março, no aeroporto de Juiz de Fora reunidos, entre outros, o governador de MG José de Magalhães Pinto e o Marechal Odílio Denys, foi determinada “a data de 31 de março para o início da revolução” (Silva, 1978, p. 367). Nesta mesma oportunidade, foram autorizadas as ações a serem empreendidas pelo generais Olympio Mourão Filho e Carlos Luiz Guedes a partir de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, que se tornaram realidade a partir do dia 31. No eixo Juiz de Fora-Rio, foi empregado o Destacamento Tiradentes (DT), comandado pelo General Antonio Carlos da Silva Muricy³¹. Antes deste Destacamento chegar ao Rio e acantonar no Estádio do Maracanã Goulart já havia retornado a Brasília, supondo que a “internacionalização”³² do conflito era inevitável. O DT retornou aos quartéis em 06 e foi dissolvido em 07 de abril de 1964. Em Recife, Miguel Arrais foi preso em 1º de abril.

A saga de Olympio Mourão Filho e da não executada Operação Popeye

O General Mourão Filho foi Comandante da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI, atual 3ª DE, Santa Maria, RS) entre 10 de outubro de 1961 e 11 de fevereiro de 1963 (um ano e quatro meses). Neste período, o General começou a organizar a resistência ao governo Goulart. Contou, para isso, com o valioso apoio do seu Chefe de Estado-Maior, o então Coronel Ramão Menna Barreto, para contatos com diversas entidades civis, inclusive do meio rural, tudo através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais do RS (IPESUL). Mourão Filho destacou em seu livro que uma reunião sua com o Comandante do III Exército General Nestor Penha Brasil³³ e com o presidente de uma dessas entidades foi “a primeira reunião civil-militar, o início da conspiração contra o governo de João Goulart” (Mourão Filho, 1978, p. 47).

No comando da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Infantaria (4ª RM/DI) em Juiz de Fora desde 28 de agosto de 1963 Mourão Filho³⁴ prosseguiu ativamente nos trabalhos e planejamentos dos projetos conspiracionistas e intervencionistas.

²⁸ O substituto interino foi o General Armando Moraes Ancora, que acumulou a pasta da Guerra e o comando do I Exército. No dia 1º de abril, Jair Dantas Ribeiro se demitiu do cargo de Ministro da Guerra (Silva, 1978, p. 400).

²⁹ Na época, este Clube ainda estava na antiga Capital Federal. Depois, passou a ser a Associação Beneficente dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (ASPOM - PMERJ).

³⁰ Anselmo foi destaque na [reunião no Automóvel Clube](#), na presença de Goulart.

³¹ O Sub-Comandante do DT foi o Comandante do 11º RI, Coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho (febiano).

³² Supunha Jango, erradamente, que os EUA iriam intervir com forças militares. Jamais houve esta intenção ou qualquer planejamento nesse sentido.

³³ O General Nestor Penha Brasil era “febiano” e foi o primeiro oficial-general paraquedista da América Latina.

³⁴ Olympio Mourão Filho era um “tarimbeiro” que desprezava a ESG e não foi integrante do complexo IBAD/IPES/OPAC, mas sim monitorado por ele. Em seu livro referiu-se à [Doutrina de Segurança Nacional](#) como uma das “burrices filosóficas importadas do [Pentágono](#)” (p. 107/109). Registre-se, por estranho e não explicado, que em janeiro de 1964 (dois meses antes) o General entrou em férias, quando a situação estava em plena agitação. Mourão Filho foi substituído pelo General Carlos Luís Guedes o qual, dentro do seu âmbito e atribuições (ID/4ª DI), prosseguiu nos planejamentos.

A Operação Popeye³⁵ foi por ele planejada ainda em 1963 em São Paulo, e compreendia, inicialmente, ocupar o QG do II Ex, assumir o comando e deslocar tropas no eixo da Via Dutra até o Rio de Janeiro. Este planejamento acabou não sendo executado. Em lugar deste, foi planejado e executado o emprego do Destacamento Tiradentes³⁶ no eixo Juiz de Fora - Rio.

O DT enfrentou reação das tropas do RJ, ou seja, parte da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI/Ex), principalmente do 1º Batalhão de Caçadores, sediado em Petrópolis, que acabou retraindo. E do Rio foi enviado, em sentido contrário, uma fração do 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio) e outra do 2º RI (Regimento Avaí) tropas que, antes mesmo de combaterem os revoltosos, aderiram aos mesmos³⁷ e à Contra-Revolução³⁸.

Entretanto, sobre as ações no eixo Juiz de Fora-Rio, desencadeadas em 31 de março de 1964, a opinião geral indicou que as mesmas buscaram, na verdade, criar um fato consumado (um *“fait accompli”*), tendo sido temerárias e inoportunas, posto que a grande e consistente intervenção estava prevista pelos organizadores para o dia 2 de abril. O General Castello Branco foi, em parte, surpreendido pela notícia. E assim, precipitadas as ações, nenhuma opção restava ao estado-maior informal de Golbery, Castello, Geisel e Ademar senão apoiar o Comandante da 4ª RM/DI, ou então enfrentar a reação do governo. Mas, a partir daí, o General Mourão Filho teve que se ater ao planejamento superior, que já estava entrando em fase de execução.

Além do DT, o General Mourão Filho, em 2 de abril, constituiu o "Destacamento Caicó"³⁹ (GT/12), composto por parte do 12º RI, de Belo Horizonte, e mais dois batalhões da PMMG. Este destacamento foi lançado no eixo Belo Horizonte-Brasília.

Enquanto isso, de Cuiabá partiu outra coluna (do então 16º Batalhão de Caçadores), também para Brasília, esta comandada pelo então Coronel Carlos de Meira Mattos (*“febiano”*).

Ainda em 1º de abril, houve a adesão do Forte de Copacabana. O QG da Artilharia de Costa resistiu, mas foi tomado pelo Coronel César Montagna de Souza⁴⁰, da Diretoria de Artilharia de Costa e Antiaérea.

Estavam assim caracterizadas as primeiras operações revolucionárias da Contra-Revolução Democrática de 31 de março de 1964.

As ações no vale do Rio Paraíba e no eixo da Via Dutra

Enquanto isso, tropas do I Exército, sob o comando do *“febiano”* General Armando de Moraes Ancora, foram acionadas no eixo Rio-São Paulo. Em sentido contrário, às margens direitas do Rio Paraíba, as tropas do II Exército, comandadas pelo também *“febiano”* General

³⁵ Operação Popeye - alusão aos fatos do General Mourão Filho fumar cachimbo e ter predileção pelas aventuras em quadri-nhos do marinheiro criado por Elzie Crisler Segar.

³⁶ Composição do DT: Comando: General de Brigada Antônio Carlos da Silva Muricy; Estado-Maior: Ten Cel Walter Pires de Carvalho e Albuquerque e Tenente-Coronel Heitor Caracas Linhares (febiano); 10º RI, ao comando do Tenente-Coronel Everaldo José da Silva (febiano); 11º RI, ao comando do Cel Oswaldo Ferraro de Carvalho; 2º/12ºRI, ao comando do Major Carlos de Oliveira Pinto; 1/4ºRO 105, ao comando do Tenente-Coronel Elias Antônio Jaber; 4º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, ao comando do 1º Tenente Elber de Souza Braga; Elementos da 4ª Companhia Leve de Manutenção, ao comando do 2º Ten José Gobbo Ferreira; e 2º Batalhão de Infantaria/PMMG, ao comando do Cel Antônio Pádua Falcão.

³⁷ Quando Jango soube disto, sentiu que *“não contava com mais nada”* (Moniz Bandeira, 1973, 474).

³⁸ Sobre o Destacamento Tiradentes vale ressaltar que no eixo Juiz de Fora-Rio (BR-3), às margens do rio Paraíba (divisa MG/RJ), as tropas da Infantaria Divisionária da 1ª Divisão de Infantaria (ID/1), do I Ex, aderiram, em sua imensa maioria, ao dito Destacamento, Na testa, o 1º RI - Regimento Sampaio, que constituía a Vanguarda dessas tropas. Um jato Paris da FAB, pilotado pelo Coronel-Aviador Rui Moreira Lima, sobrevoou a coluna mas não a atacou porque não havia ordens para isso.

³⁹ A denominação do Destacamento alude à cidade de Caicó (RN) terra natal do comandante do 12º RI, coronel Dióscoro Gonçalves do Vale, posteriormente general.

⁴⁰ Nesta ação, o General Montagna comandou 19 oficiais da ECEME, entre eles Dickson Grael, Benedito Leonel e Rubens Denys.

Amaury Kruel⁴¹. Estas forças se encontraram na região de Barra Mansa, RJ, onde o Curso de Infantaria da AMAN havia montado uma Posição de Resistência com frente para o norte.

Antecipando-se aos acontecimentos, o Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) General de Brigada Emílio Garrastazú Médici, estimulado e orientado pelo General Arthur da Costa e Silva⁴², resolveu entrar em ação⁴³ a favor da intervenção e mandou então organizar um Grupamento-Tático de cadetes para barrar a progressão das tropas do I Exército.

O I Exército atuaria principalmente com o Grupamento de Unidades Escola (GUEs - Vila Militar) o qual enfrentaria a tropa de cadetes⁴⁴. Felizmente a busca de um objetivo comum prevaleceu⁴⁵. Costa e Silva, por telefone, convenceu o General Ancora de que a contrarrevolução estava em curso, que o II Exército já estava em deslocamento e que o I Exército devia aderir. Portanto, um *“fait accompli”*. Foi quando Ancora solicitou que Costa e Silva organizasse uma reunião entre ele (Ancora) e Kruel⁴⁶. Costa e Silva determinou que o local seria a AMAN.

O Comandante do I Exército chegou à Academia Militar às 1700 horas apresentando um forte ataque de asma e declarando-se *“derrotado”*⁴⁷. Foi recebido pelo Comandante da AMAN com todas as honras militares, ocasião na qual Médici lhe disse o seguinte: *“Não há derrotados senão os inimigos da Pátria”*. Sábias palavras do bageense.

O General Amaury Kruel chegou às 1740 h e a reunião começou às 1800 h com uma certa prevenção entre os dois generais de Exército, logo contornada pelo anfitrião. Ancora já não era mais Ministro interino da Guerra, cargo do qual se auto-investiu o General Arthur da Costa e Silva, por ser o General de Exército mais antigo.

E assim, como não poderia deixar de ser, houve confraternização entre os comandantes e também entre as tropas. Todos unidos em torno dos princípios democráticos e contra as *“intentonas”* da esquerda traidora.

A destituição de João Goulart da Presidência e acontecimentos subsequentes

Na madrugada de 2 de abril, Goulart viajou para Porto Alegre, mas durante o vôo o Senado, presidido pelo Senador Auro de Moura Andrade, considerando que o Presidente deveria estar em Brasília em uma *“hora gravíssima”* da nação pronunciou-se da seguinte forma: *“Assim sendo, declaro vaga a Presidência da República”* (Silva, 1978, p. 427).

⁴¹ Kruel foi Ministro da Guerra de JG de 14 de setembro de 1962 a 15 de junho de 1963.

⁴² Costa e Silva havia assumido o Ministério da Guerra em 31 de março, substituindo o General Ancora.

⁴³ Médici instalou a cavaleiro da Via Dutra (ainda não duplicada) uma tropa de 330 cadetes, sendo uma companhia de infantaria reforçada, um esquadrão de cavalaria motorizado, um pelotão de engenharia e duas equipes de comunicações. Na Ordem de Operações da AMAN estava a missão: *“Empregar o Corpo de Cadetes para impedir o acesso das forças do I Exército à região de Resende, até à chegada do II Exército”*. O Comandante da Companhia de Infantaria era o Capitão Geise Ferrari.

⁴⁴ Caso houvesse este enfrentamento ocorreria, por lógico, uma tragédia. Eram 800 homens do GUEs bem comandados, treinados, municiados, armados e equipados com material novo, do acordo militar com os EUA, contra 330 cadetes inexperientes. O General Médici mobilizou toda a AMAN, correu um risco calculado e apostou no fator psicológico. Na tropa do GUEs havia, certamente, pais, tios e irmãos dos cadetes que se recusariam a combater contra os jovens militares. Deu certo.

⁴⁵ Conforme Muniz Costa (2022, p. 122), o GEsA não entrou em posição. A 1ª e a 3ª Baterias se passaram *“para o lado dos cadetes”*. Comandantes - da 1ª: Capitão José Antônio da Silveira; da 3ª: Capitão Affonso de Alencastro Graça. O Aditamento ao Boletim Interno n° 64/AMAN, de 2 de abril de 1964 (Participação da AMAN no Movimento de Descomunização do Brasil) diz que as mesmas *“ultrapassaram a linha de combate, sendo recolhidas pelo Corpo de Cadetes e encaminhadas para a AMAN”*.

⁴⁶ Ambos gaúchos, oriundos da Arma de Cavalaria, febianos e da mesma Turma de formação da Escola Militar do Realengo, a de 1921. Opiniões de oficiais que viveram a época garantem que o fiel da balança da Contra-Revolução foi o General Kruel.

⁴⁷ O General Ancora assim se declarou porque algumas unidades suas haviam aderido ao movimento, o que equivalia a uma rendição do I Exército. O desarticulador do esquema janguista no I Exército foi o General Oswaldo Cordeiro de Farias.

Jango embarcou Presidente e desembarcou na capital gaúcha às 0358 h já ex-presidente. Assumiu o cargo o Deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, terceira autoridade na sucessão presidencial, conforme a Constituição.

O proplado “dispositivo militar” organizado pelo General Argemiro Assis Brasil, Chefe da Casa Militar de Jango, não chegou a ser sequer acionado e não teve efeito nenhum.

Em Porto Alegre, na famosa reunião na residência do Comandante do III Exército à Avenida Cristóvão Colombo na madrugada e manhã de 2 de abril estavam presentes, além de Jango e Brizola, o General Ladário Pereira Telles, comandante interino do então III Exército (RS, PR e SC), e outros oficiais.

Entre estes, o Comandante da 3ª Região Militar General de Divisão Floriano da Silva Machado, ao qual estava reservado um decisivo papel, como será visto a seguir. Aliás, o primeiro a usar da palavra foi o General Floriano (Silva, 1978, p. 443).

Leonel Brizola tentou convencer Jango a determinar a mobilização do III Exército⁴⁸ e empregar a tropa no eixo Porto Alegre-Centro do país pela rodovia BR-116. Procurou também mobilizar a população, abrir os arsenais e depósitos de munição e armar os civis tentando, assim, repetir o que fez em agosto de 1961 quando era governador do RS (“Campanha da Legalidade”).

Fortes discussões tiveram lugar nessa reunião. Depois de discutir com Brizola, quase chegando às vias de fato, o General Floriano se reuniu separadamente com Jango em um dos quartos, quando convenceu o ex-presidente a não tomar nenhuma medida que comportasse deslocamento e confronto de tropas posto que, conforme argumentou, o III Exército não possuía condições logísticas para isso. Floriano falou com autoridade porque era o comandante logístico na área do RS. A mesma argumentação não convenceu o General Ladário o qual ainda desejava resistir. Mas foi obrigado a aceitar. Este fato foi praticamente decisivo.

Jango decolou para São Borja às 0900 h e depois foi para o Uruguai. Mais ou menos um mês depois, vestindo uma farda da Brigada Militar do RS, Brizola tomou um avião em Capão da Canoa e seguiu o mesmo destino de Jango. Ladário⁴⁹, por sua vez, abandonou o comando e voou para o Rio de Janeiro. Estavam consumadas as ações contra-revolucionárias.

O movimento civil-militar tinha obtido êxito e as ações passaram então para as fases seguintes⁵⁰.

Em sua edição Extra, de 10 de abril de 1964, a revista *O Cruzeiro* registrou que “Conscientemente, o sr. João Goulart marchou para o sacrifício. [...] o Presidente quis que se caracterizasse a sua deposição” (artigo de Adirson de Barros: “Por quê Jango caiu”, p. 10).

Órgãos militares e entidades civis contra-revolucionárias

Complementando, é importante registrar que a Escola Superior de Guerra (ESG), comandada pelo Almirante de Esquadra Luiz Teixeira Martini, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), comandada pelo “febiano” General de Brigada Jurandir Bizarria Mamede⁵¹ e diversas organizações civis participaram do processo contra-revolucionário antes, durante e depois, para a consolidação do novo regime. Entre elas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), sediado em São Paulo, o Instituto de

⁴⁸ A 5ª RM/DI (PR e SC) foi situacionista. As GU e OM do interior do RS estavam divididas, exceto a 2ª DC/3ª DI e a 3ª DC/6ª DI.

⁴⁹ Com o AI 1, o general foi transferido para a reserva em 11 de abril e reformado em setembro de 1964.

⁵⁰ O governador Ildo Meneghetti e o General Mário Poppe de Figueiredo (que assumiu o III Exército) entraram em Porto Alegre no início da tarde de 3 de abril embarcados em uma viatura aberta do EB e acompanhados de um grande comboio militar.

⁵¹ Mamede foi coordenador das operações, juntamente com João Bina Machado. Eles possuíam 400 oficiais à sua disposição. Dentre eles Oswaldo Cordeiro de Farias, Walter Pires de Carvalho e Albuquerque e Mário Silva O’Reilly de Souza.

Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), a Organização Paranaense Anticomunista (OPAC) e o Grupo de Atuação Patriótica (GAP). O complexo IBAD/IPES/OPAC obteve apoio de governadores de São Paulo, MG, Paraná, RS e Guanabara. Na época, os governos estaduais dispunham de tropas profissionais superiores, em muitos aspectos, e melhor equipadas para intervenções diretas do que as tropas do Exército.

No caso do IPES, o elemento militar de ligação era o “febiano” General Golbery do Couto e Silva, já então na reserva do Exército. O geólogo Glycon de Paiva, um dos fundadores do IPES, declarou que o cérebro da intervenção foi o General Golbery⁵². No IBAD, o elemento de ligação com as FFAA era o General Reformado Sebastião Dalísio Menna Barreto. Na ESG, foi importante organizador o “febiano” General Affonso de Albuquerque Lima. No meio civil havia ainda, pelo menos, mais outras oito organizações.

Segundo algumas fontes, houve um Comando Geral Democrático no EB e na Marinha formado pelo Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald e pelos coronéis Antônio Carlos de Andrada Serpa (“febiano”) e Carlos de Meira Mattos, entre outros⁵³.

Destacou-se também o Brigadeiro Márcio de Souza e Mello.

Houve também um “Estado-Maior Informal” chefiado por Castello Branco⁵⁴ e que contava com Ernesto Geisel, Ademar de Queirós e Golbery. Ingressaram depois nesse Estado Maior os generais José Pinheiro de Ulhoa Cintra e Jurandyr Bizarria Mamede. No Nordeste, atuaram os coronéis Hélio Ibiapina Lima e Antonio Bandeira. A interação entre os empresários e os militares foi intensa. Regulando essa interação, nesta fase da movimentação, nos últimos dias de fevereiro foi redigido um documento pelos generais Castello Branco e Ulhoa Cintra, e revisado pelo General Cordeiro de Farias. Era chamado de LeEx - Lealdade ao Exército⁵⁵.

Como não se faz nada sem dinheiro, os bancos que financiaram tudo foram o Banco Itaú, o Mercantil de São Paulo e o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA).

Entretanto, ficou claro que os políticos civis que apoiaram o golpe não esperavam que os militares pretendessem ocupar o poder. Foram surpreendidos, principalmente os da UDN.

A participação dos Estados Unidos da América (EUA) foi somente de acompanhamento, e aconteceu através da Embaixada daquele país e, nesta, a do Adido Militar Coronel Vernon Walters⁵⁶, conforme registrado em um relatório do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência (SFICI), operado pelo EB. O Embaixador era Lincoln Gordon. Nesta altura, os EUA já haviam preparado um “Plano de Contingência”, mais conhecido como “Operation Brother Sam”⁵⁷. Mas, nenhum plano foi acionado, e os generais jamais aceitariam qualquer ingerência dos EUA. Não houve nenhuma intromissão na política interna do Brasil.

CONCLUSÕES

⁵² Golbery se cercou de um grupo de jovens oficiais dos quais se destacaram Heitor de Aquino Ferreira, Gustavo Morais Barros, Rubens Resstel, João Baptista de Oliveira Figueiredo, Leônidas Pires Gonçalves, Danilo Venturini e Octávio Medeiros, entre outros. Todos foram promovidos a generais.

⁵³ Nota do autor: informação não confirmada.

⁵⁴ Em janeiro de 1964, Castello Branco solicitou ao MRE a revalidação do acordo militar com os EUA, que era de 1952.

⁵⁵ Este documento tinha por finalidade esclarecer e uniformizar ideias entre os oficiais de Estado-Maior. Depois da Contra-Revolução, indagado, o Coronel Léo Guedes Etchegoyen respondeu: “o LeEx nos esclareceu muito e fez com que pudéssemos ganhar muitos elementos para o nosso lado” (História Oral do EB-1964, Tomo 14, p. 39).

⁵⁶ Walters era o coordenador das atividades da CIA no Brasil (Moniz Bandeira, 1973, p. 460).

⁵⁷ O planejamento previa suprimento de petróleo, se fosse o caso, e um porta-aviões “para ajudar a manter a estabilidade e para a evacuação dos 40 mil cidadãos norte-americanos, caso necessário fosse” (Dulles, 1979, p. 321).

Em primeiro lugar, a revolta militar contra o governo comprometido com a esquerda foi legítima. Na verdade, ela iniciou em 30 de março com o Manifesto de Magalhães Pinto “desligando MG da Federação” (CPDOC/FGV).

Antes disso, em 20 de março, Castello Branco havia declarado que “A Insurreição é um recurso legítimo de um povo”. Mas, na verdade, a conspiração havia iniciado em Santa Maria no início da década, já protagonizada por Mourão Filho.

O governo Goulart acreditava, erradamente, que as FFAA eram partidárias das reformas propostas. Os valores defendidos pelos militares, como não podia deixar de ser, eram a manutenção da ordem social, a hierarquia, a disciplina e a luta contra o avanço comunista. Estes princípios eram mais importantes do que a ordem constitucional.

Vale salientar que a lógica de 64 foi a mesma da Intentona Comunista de 1935. O governo perdeu sua legitimidade ao pugnar pela divisão das FFAA, subvertendo assim o verdadeiro espírito castrense. Os militares partidários do golpe janguista/esquerdista foram rapidamente controlados. A sobrevida do populismo protagonizado por JG como herança de Getúlio Vargas perdeu a credibilidade. A solução democrática havia sido suplantada pela polarização; e daí, neste contexto, somente uma solução de força poderia proporcionar o controle do país pelos intervencionistas.

Conforme Hélio Silva (p. 34), o 31 de março de 64 foi um episódio da “guerra fria”.

Por outro lado, e o mais importante - a culminância da mobilização civil-militar foi quem causou a queda do governo e não um golpe das FFAA contra João Goulart.

Sempre com o lema: “*nisi utile est quod facimus, stulta est gloria*” - Se não é útil o que fazemos, a glória é vã (Locução latina. Fonte: Fábulas de Fedro, III, 17, 12).

E, finalmente, qual foi o papel do STF neste contexto todo? Vejamos, em síntese.

A partir de 1960, o STF enfrentou diversas demandas: transferência do Rio para Brasília, aposentadoria de vários ministros, a renúncia de Jânio Quadros, o regime parlamentarista, o retorno ao presidencialismo e a prisão do Ministro Vitor Nunes Leal pelos sargentos em 12 de setembro de 1963.

O STF praticamente concordou com a intervenção de 1964. Basta dizer que seu presidente, Álvaro Moutinho Ribeiro da Costa, filho de general, compareceu à posse de Ranieri Mazzilli na noite de 1/2 de abril, quando João Goulart ainda estava no Brasil. Já empossado, Castello Branco fez uma visita formal ao STF.

“Na revolução de 31 de março se viu ruir, sem um gesto de defesa, um governo que poucas horas antes se jactara de um poderio e de um espírito de decisão intocáveis...”

(Cordeiro de Farias).

Imagens



Na Paraíba, discurso de Jango visivelmente abatido, quando declarou que nada o afastaria do rumo traçado por Getúlio Vargas (Fonte: Fausto, 2002, p. 457).

Passeata em São Paulo (Fonte: bing.com)



Tropa da PMMG em deslocamento (Fonte: bing.com)



Edição de 1º de abril de O Globo (Fonte: bing.com)

“Em 1948, nós plantamos carvalhos. Não plantamos couve. A couve floresce rapidamente, mas uma só vez. Os carvalhos demoram, mas são sólidos. Quando chegou a hora, nós tínhamos os homens, as ideias e os meios”. General Cordeiro de Farias (Dreifuss 1981 n 105)

ANO XXXIX — Rio de Janeiro, 4.^a-feira, 1 de abril de 1964 — N.º 11.643

O GLOBO

FUNDAÇÃO DE IRENEU MARINHO
 Diretor-Responsável: ROBERTO MARINHO | Diretor-Técnico: HERBERT NOBRE
 Diretor-Administrativo: RICARDO BARROSO | Diretor-Editorial: EDUARDO BARROSO

Ressurge a Democracia!

VIVE A NAÇÃO dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opiniões sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem.

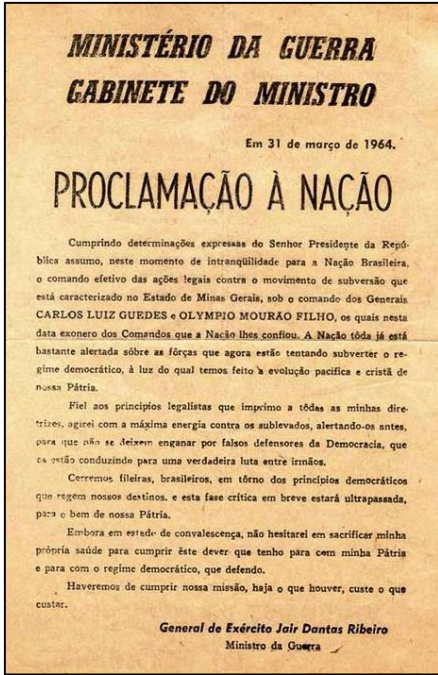
GRACIAS A DECISÃO e ao heroísmo das Forças Armadas, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições.

PODEREMOS, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não mais serão geridos com má-fé, demagogia e insensates.

SALVOS DA COMUNIZAÇÃO que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos.

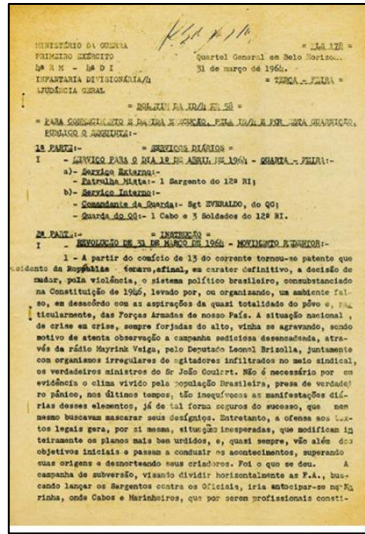
ATENDENDO AOS anseios nacionais, de paz, tranqüilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto, as Forças Armadas chamaram a si a tarefa de restaurar a Nação na integridade de seus direitos, livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermesinhos que haviam envolturado o Executivo Federal.

MAIS UMA VEZ o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejam dignos de tão grande favor.



Proclamação do Ministro da Guerra (Fonte: bing.com)

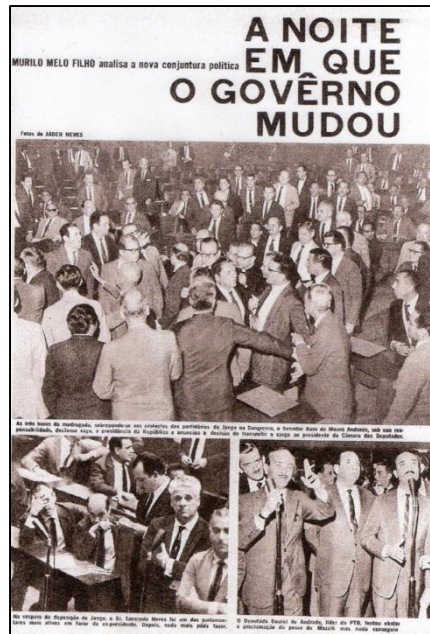
Nota: o General Jair Dantas Ribeiro, mesmo hospitalizado, expediu esta proclamação, a qual não teve efeito algum. No dia seguinte ele se demitiu.



Primeira página do Boletim Interno da ID/4 em 31 de março de 1964.

Abaixo: Revista Manchete - noite de 2 de abril no Senado, quando Jango foi demitido do governo. (Fonte: bing.com)

“A pior forma de frustração da verdade consiste em apresentá-la distorcida ou mutilada; por isso, o homem de bem tem o dever de defendê-la e repô-la em sua exata forma e integridade”.



Posse de Castello Branco como Presidente (Fonte: bing.com)



“O desafio feito à democracia foi respondido vigorosamente. Sua recuperação tornou-se legítima através do movimento realizado pelas Forças Armadas, já estando restabelecido o poder de Governo pela forma constitucional.”

“O desafio feito à democracia foi respondido vigorosamente. Sua recuperação tornou-se legítima através do movimento realizado pelas Forças Armadas, já estando restabelecido o poder do governo pela forma constitucional” (Ministro Ribeiro da Costa, Presidente do STF).

Referências

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. Diálogo com Cordeiro de Farias - Meio século de combate. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001.
 CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras, 2º volume. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.
 DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado - Ação política, poder e Golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
 DULLES, John Watson Foster. Castello Branco - O caminho para a presidência. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2002.
FGV. Atlas Histórico do Brasil. Rio de Janeiro: FGV.
GEN. Jair Dantas: 30 dias de prisão para os signatários do manifesto dos majores. Diário da Noite, São Paulo, 9 de julho de 1963, página 2, 1º caderno.
MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). História Oral do Exército - 31 de março: o movimento revolucionário e a sua história - Tomo 13. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2003.
MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna. Presença dos Estados Unidos no Brasil - Dois séculos de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
MOURÃO FILHO, Olympio. Memórias: A verdade de um revolucionário. Porto Alegre: LPM, 1978.
MUNIZ COSTA, Sérgio Paulo. V República 1964-1985, A história não contada. Rio de Janeiro: Walprint, 2022.
ROCHA, Nei Carneiro; SORIANO NETO, Manoel, Tenentes-Coroneis do QEMA. A Participação da AMAN na Revolução de 1964 - Pesquisa Histórica para o EME, 1985. Resende: AMAN, Cadeira de História Militar, 1985.
ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo, General. Movimento civil-militar de 31 de março de 1964. In: <https://velhogeneal.com.br/2021/03/16/movimento-civil-militar-de-31-de-marco/> (acesso em 18/01/2024).
SILVA, Hélio. 1964: Golpe ou Contragolpe? Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

(*) Coronel de Infantaria e Estado-Maior Veterano do Exército Brasileiro, AMAN/1974 - Turma Integração Nacional. Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS.

+++++

CIRCULAR RESERVADA DO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO - março de 1964 -

Ministério da Guerra
Estado-Maior do Exército
Circular reservada do Chefe do Estado-Maior do Exército
General de Exército Humberto de Alencar Castelo Branco
20 Mar 1964

Do Gen. Ex Humberto de Alencar Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército
Aos Exmos Generais e demais militares do Estado-Maior do Exército e das organizações subordinadas.

Compreendendo a intranquilidade e as indagações de meus subordinados nos dias subsequentes ao comício de 13 do corrente mês.

Sei que não se expressam somente no Estado-Maior do Exército e no setores que lhe são dependentes, mas também na tropa, nas demais organizações e nas duas outras corporações militares.

Delas participo e elas já foram motivo de uma conferência minha com o Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra.

São evidentes duas ameaças:

- o advento de uma constituinte como caminho para a consecução das reformas de base; e
- o desencadeamento em maior escala de agitações generalizadas do ilegal poder do CGT.

As Forças Armadas são invocadas em apoio a tais propósitos.

Para o entendimento do assunto, há necessidade de algumas considerações preliminares.

Os meios militares nacionais e permanentes não são propriamente para defender programas de Governo, muito menos a sua propaganda, mas para garantir os poderes constitucionais, o seu funcionamento e a aplicação da lei.

Não estão instituídos para declararem solidariedade a este ou àquele poder.

Se lhes fosse permitida a faculdade de solidarizarem-se com programas, movimentos políticos ou detentores de altos cargos, haveria, necessariamente, o direito de também se oporem a uns e a outros.

Relativamente à doutrina que admite o seu emprego como força de pressão contra um dos poderes, é lógico que também seria admissível voltá-la contra qualquer um deles.

Não sendo milícia, as Forças Armadas não são armas para empreendimentos anti-democráticos.

Destinam-se a garantir os poderes constitucionais e a sua coexistência.

A ambicionada constituinte é um objetivo revolucionário pela violência com o fechamento do atual Congresso e a instituição de uma ditadura.

A insurreição é um recurso legítimo de um povo.

Pode-se perguntar: o povo brasileiro está pedindo ditadura militar ou civil e constituinte?

Parece que ainda não.

Entrarem as Forças Armadas numa revolução para entregar o Brasil a um grupo que quer dominá-lo para mandar e desmandar e mesmo para gozar o poder?

Para garantir a plenitude do grupamento pseudo-sindical, cuja cúpula vive na agitação subversiva cada vez mais onerosa aos cofres públicos?

Para talvez submeter a Nação ao comunismo de Moscou?

Isto, sim, é que seria antipátria, antinação e antipovo.

Não. As Forças Armadas não podem atraiçoar o Brasil.

Defender privilégios de classes ricas está na mesma linha antidemocrática de servir a ditaduras fascistas ou síndico-comunistas.

O CGT anuncia que vai promover a paralisação do País no quadro do esquema revolucionário.

Estará configurada provavelmente uma calamidade pública.

E há quem deseje que as Forças Armadas fiquem omissas ou caudatárias do comando da subversão.

Parece que nem uma coisa nem outra.

E, sim, garantir a aplicação da lei, que não permite, por ilegal, movimento de tamanha gravidade para a vida da nação.

Tratei da situação política somente para caracterizar a nossa conduta militar.

Os quadros das Forças Armadas têm tido um comportamento, além de legal, de elevada compreensão em face das dificuldades e desvios próprios do estágio atual da evolução do Brasil.

E mantidos, como é de seu dever, fieis à vida profissional, à sua destinação e com continuado respeito a seus chefes e à autoridade do Presidente da República.

É preciso aí perseverar, sempre "dentro dos limites da lei".

Estar prontos para a defesa da legalidade, a saber, pelo funcionamento integral dos três Poderes constitucionais e pela aplicação das leis, inclusive as que asseguram o processo eleitoral, e contra a revolução para a ditadura e a Constituinte, contra a calamidade pública, a ser promovida pelo CGT, e contra o desvirtuamento do papel histórico das Forças Armadas.

O Excelentíssimo Senhor Ministro da Guerra tem declarado que assegurará o respeito ao Congresso, às eleições e à posse do candidato eleito.

E já declarou também que não haverá documentos dos ministros militares de pressão sobre o Congresso Nacional.

É o que eu tenho a dizer em consideração à intranquilidade e indagações oriundas da atual situação política e a respeito da decorrente conduta militar.

General-de-Exército Humberto de Alencar Castelo Branco, Chefe do Estado-Maior do Exército.

O Manifesto dos Almirantes - março de 1964

Em 1964, logo depois de terminado o motim dos marinheiros, lançavam os oficiais-generais da Armada o seguinte manifesto:

"À Nação, ao Congresso Nacional, às Assembleias, aos governadores, aos chefes militares e a todos os cidadãos:

"Alertamos o povo - nós, almirantes, comandantes e oficiais da Marinha - para o golpe aplicado contra a disciplina na Marinha, ao admitir-se que minoria insignificante de subalternos imponha a demissão de Ministros e autoridades navais e se atreva a indicar substitutos.

Em lugar de promover-se a devida punição disciplinar, licenciam-se marinheiros amotinados que não representam absolutamente os dignos suboficiais, sargentos, marinheiros, fuzileiros, que em compacta maioria continuaram e continuam fieis ao seu juramento de disciplina e de dedicação à Marinha.

O que este golpe representa de ameaça a todas as instituições do País está patente, na forma e na essência, e só nos resta alertar a Nação para que se defenda, enquanto estão de pé as instituições e os cidadãos dignos da liberdade e da Pátria.

Continuamos unidos e dispostos a resistir por todos os meios ao nosso alcance às tentativas de comunização do País.

Os amotinados que se abrigaram na sede do Sindicato dos metalúrgicos infringiram rudemente o Código Penal Militar, cometendo, portanto, crimes e não apenas transgressões disciplinares.

Três crimes estão explicitamente capitulados nos seguintes artigos do Código citado:

- 130, motim e revolta, títulos 1 e 2;
- 133 e 134, aliciação e incitamento; e
- 141, insubordinação.

Tendo cometido crimes, os amotinados não poderiam ser postos em liberdade, anistiados ou o que seja pelo Presidente da República.

Teriam de ser submetidos a Conselho de Justiça, que os condenaria ou absolveria.

Pelo que, o ato do Presidente da República foi inequivocamente abusivo e ilegal".

Fonte: CARNEIRO, Glauco. História das Revoluções Brasileiras. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965, p. 602.

Compilado e formatado por Luiz Ernani Caminha Giorgis (Pedimos ampla divulgação).
